

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
EM 06 E 07 DE NOVEMBRO DE 2008

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e oito, às 13:30 horas em primeira convocação e às 14:00 horas com qualquer número de Conselheiros presentes, os integrantes do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, reuniram-se no Auditório da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, 5º andar, situada a Rua Pedro Ivo, nº. 750, Centro, em Curitiba/PR. Previamente convocados, os Conselheiros foram saudados pela Vice-Presidente do CEAS, Conselheira Denise Arruda Colin, e logo em seguida subdividiram-se em grupos para dar início às atividades das Comissões. Os trabalhos foram conduzidos até o final da tarde, tendo a Assessoria de colaboradores, a exemplo da representação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Constitucionais. Fizeram-se presentes os Conselheiros: Representantes Governamentais presentes: Izabel Cristina Marques (Procuradoria Geral do Estado – PGE); Paulo Langer (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Cristiane Mara Hasenhauer (Secretaria da Política Habitacional – Cohapar); Rubens Bendlin (Secretaria de Estado da Saúde – SESA); Denise Ratmann Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Kellen Cristina Dalcin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Mariluz Zanin Petry (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Sandra Mancino (Ministério Público/PR). Representantes da Sociedade Civil Organizada presentes: Inês Roseli Soares Tonello (Conselho Regional de Economistas Domésticos da 2ª Região – CRED II); Denise Maria Fank de Almeida (Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região); Edenilce de Fátima do Nascimento Lima (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Esperança – SISMUNE); Teresinha Maria Wolf (Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região); Vera Regina Buss Taborda (Associação Reviver de Assistência ao Portador do Vírus HIV); Francisco Arnaldo Fernandes (Coordenadoria das Associações de Moradores de Umuarama – CAMUR); Cristiane Meyer (Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho – ECT); Ozimara Ferreira de Mello (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cecília do Pavão); Luiz Carlos Kaill (União das Associações de Moradores de Araucária – UNAMAR); Neide Poltronieri (Associação Medianeirense de Surdos e Fissurados – AMESFI); Kleber Rodrigo Durat (Programa de Voluntariado Paranaense – PROVOPAR); Ronan César da Silva (APADEFI); Ivania Nogueira Barbuio (Associação para Desenvolvimento da Mulher de Ribeirão Claro). As atividades das Comissões desenvolveram-se por toda a tarde, com a elaboração das respectivas sínteses.

Assembléia Ordinária CEAS/PR - 07/11/2008. Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às nove horas da manhã, no auditório da Secretária de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, 5º andar, à rua Pedro Ivo, nº. 750, em Curitiba/PR, foi dada início à Assembléia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, presidida pela Conselheira Roseli Teresinha Gass. No momento inicial, as boas vindas foram dirigidas a todos os presentes. □ **Apreciação e Aprovação da Pauta.** Em conjunto, os Conselheiros avaliaram a pauta verificando se haveria itens a serem acrescentados. Em atenção ao pedido da Conselheira Jucimeri, acrescentou-se nos informes gerais o ponto referente à Regulamentação de estágio com supervisão direta, em seguida a pauta foi considerada APROVADA, consistia em: 1. Abertura; 2. Apreciação e aprovação da pauta; 3. Apreciação e aprovação das atas das reuniões ordinárias de 01/08/2008, 05/09/2008 e 01/10/2008; 4. Informes da Secretaria Executiva; 5. Relatórios das Comissões; 6. Apresentação da Execução Orçamentária do FEAS e do IGDE – Índice de Gestão Descentralizada e Bolsa Família pelo Grupo Financeiro Setorial – GFS/SETP; 7. Apresentação da Discussão sobre Orçamento da Política de Assistência Social pelo Grupo de Planejamento Setorial – GPS/SETP; 8.

Informes Gerais; 8.1- Comissão Intergestores Bipartite – CIB e Comissão Intergestores Tripartite – CIT; 8.2- Seminário Estadual Gestão do Trabalho; 8.3- Encontro Monitoriamento/ CREAS; 8.4- Reunião MDSx CNASx CEAS; 8.5- Informes Conselheiros e Convidados; 9. Encerramento. □

Apreciação e aprovação das atas de agosto/ setembro/ outubro. □ Em apreciação a ata referente do mês de agosto: APROVADA. □ Em apreciação referente a ata do mês de setembro: APROVADA. □ Em apreciação a ata referente ao mês de outubro: APROVADA. □ Informes da Secretária Executiva dos Conselhos. □ Instalados 4 computadores novíssimos, marca SAMSUNG, na Secretaria Executiva e reposição das linhas telefônicas. □ Para conhecimento, nos arquivos do CEAS, está disponível a Resolução nº 51 do CNAS, de 30 de julho de 2008, encaminhada por Eulália Soda, Assessora Técnica do FONSEAS. □ Of. Circular nº012/08 – do MDS e assinado por Valdete de Barros Martins, Presidente do CNAS, contendo documento de avaliação do processo de adesão dos municípios ao Programa BPC na Escola. Em anexo, consta a listagem dos municípios que não aderiram ao referido programa, com a solicitação ao CEAS que adote as providências junto ao órgão gestor da Assistência Social, para que o direito se faça cumprir. Os CMAS deverão dar ciência aos Conselheiros Tutelares e de direitos de cada município. □ Convite para o Seminário Povo em Situação de Rua – qual o papel da Sociedade? realizado dia 5 de novembro – PUC/PR – enviado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias dos Direitos Constitucionais. □

Memorando nº 118/2008 – da parte de Luciane Farias, GFS da SETP, que apresenta justificativa do não comparecimento à Assembléia do CEAS para explanar sobre Execução a Orçamentária do FEAS. □ Of. nº 018/08, do Gabinete do Senador Flávio Arns, trazendo informações sobre prazo de renovação de documentos. □ Of. Circular nº31/08, assinado pela Presidente do CMAS de Palmeira, solicitando maiores esclarecimentos a respeito do levantamento de Trabalhadores da Política de Assistência Social no que diz respeito ao cadastro dos trabalhadores envolvidos nas Associações de Artesanato, Associação de Moradores e Hospitais. Aguardam esclarecimento. □

Relato das Comissões. □ Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo teve como relator o Conselheiro Kleber. Participantes: Francisco Arnaldo Fernandes (CAMUR); Neide Poltronieri (AMESFI); Kleber Durat (PROVOPAR); Kellen Cristina Dalcin (SETP/CDI); Edenilce de Fátima Lima (SISMUNE); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho). 1) Cartilha sobre financiamento: Em relação a Cartilha sobre Financiamento da Política de Assistência Social, a Comissão sugere a contratação de Gisele Tavares para a revisão e ampliação. Provavelmente será deliberado na assembléia ordinária de março/2009, dependendo do trâmite da Secretaria na questão do recurso para a sua contratação e publicação do material. 2) PETI – Sarandi: A Comissão avaliou que a expansão do Programa cabe ao Governo Federal. Após a leitura da nota técnica elaborada pela CGM/SETP, que esclarece o funcionamento do PETI, deliberou-se por elaborar um ofício dessa nota técnica e encaminha - lá ao município de Sarandi através da Secretaria Executiva do CEAS. O mesmo deverá também ser enviado aos Escritórios Regionais e Conselheiros, além de cópia desse ofício para divulgação nos respectivos Fóruns. Segundo a Conselheira Kellen, a referida nota vem a retratar o PETI desde o início, até a sua inserção no Bolsa Família. □ Em apreciação junto ao plenário, a contratação da profissional Gisele Tavares que estará incumbida de rever a Cartilha sobre Financiamento da Política de Assistência Social.- APROVADO o relatório da Comissão de Financiamento bem como a referida contratação de Gisele Tavares. O material será brevemente encaminhado a ela. A Conselheira Edenilce teceu algumas considerações sobre a questão de Sarandi e foi levantada a preocupação de que as três esferas de governo deveriam estar intervindo juntas. Tal Município tem uma grande demanda, sabe-se que a clientela do PETI dirige-se para a criminalidade quando saem do programa. Seria muito importante a intervenção do Governo Estadual no sentido de ampliar a jornada ampliada de 20 para 40 horas. Pediu a palavra a Conselheira Jucimeri, esclarecendo que a nota técnica precisa também esclarecer as atribuições da esfera estadual no SUAS, em relação ao co-financiamento, à estruturação dos serviços etc. Conclui-se que todos os pontos abordados já estariam contemplados na referida nota. □

Relatório da Comissão de Políticas Básicas, cuja relatoria foi efetuada pela Coord. da CGM, Ironi Camargo. Participantes: Ironi R. Vieira Camargo (SETP/CGM); Inês Roseli Soares Tonello (CRED – II); Rubens Bendlin (SESA/PR); Vera Regina Buss Tabora (Grupo Reviver – Ponta Grossa); Cristiane Mara

Hasenhauer (COHAPAR); Rosely Lemos (SETP/CGM); Carmen Cristina (SETP/CGM); Sionara de Paula (SETP/CGM). 1) Processo de Transição da Educação Infantil no Estado do Paraná: Foi solicitado aos Escritórios Regionais que realizassem um último levantamento de quem ainda recebe o Piso Básico de Transição da Assistência Social e o aplica na Educação Infantil. Até o momento foi levantado que 70 Centros de Educação Infantil ainda não conveniaram com a área da educação. 2) BPC na Escola: O primeiro ponto abordado foi sobre o BPC na escola que prevê a existência de um grupo gestor, tanto a nível municipal, estadual e federal. Tempos atrás ocorreu um treinamento em Brasília e o Governo Federal repassou recursos para a Secretaria de Estado da Educação, para todos os Estados, objetivando realizar um treinamento com a educação de 2 dias, onde seriam treinadas 1 pessoa de cada Município, que após aplicaria um questionário no seu Município. Estava previsto para os dias 10 e 11 de novembro, porém a SEED teve dificuldades em contar com espaços adequados que viessem a acomodar as pessoas com deficiências, nas datas escolhidas. Visando compatibilizar também as datas com a agenda do Ministério, acertou-se então a realização para os dias 16 e 17 de dezembro, apesar de ser final de ano. Sabe-se que 152 Municípios fizeram a adesão e esses teriam de enviar seus representantes, porém no início do ano outras sugestões estarão iniciando, perdendo-se, pois, as referências. Pronunciou-se a Conselheira Inês Roseli afirmando que os participantes desse evento deveriam ser técnicos e justamente integrantes das novas gestões. A relatora Ironi informou que dependendo do tipo de recurso repassado pelo Ministério, ao chegar dezembro tais quantias deverão ser devolvidas. A Conselheira Roseli (Presidente) colocou Ter participado do Encontro Estadual das APAES e lá um dirigente explanou de forma equivocada, que o usuário que não estiver no ensino regular, perderia o benefício. Tais situações poderão ser sanadas através do conhecimento explanado nesses encontros. Relatou a Coordenadora Ironi que a listagem do Ministério da Educação bateu com a lista do BPC. □ Encaminhamento: Acompanhar o evento e o Município que foi capacitado, para a aplicação do questionário. Sugerir para SEED que as pessoas que vierem para a capacitação do BPC na Escola sejam do quadro efetivo do Município. 3) CREAS: O sistema do MDS abriu no dia 05/11 o Monitoramento/Censo CREAS, onde todo município que tenha o equipamento do CREAS e/ ou realize atividades/programas voltados para a Proteção Social Especial deve responder o levantamento. A Conselheira Ironi relatou que técnicos do MDS estiveram em Cascavel e Umuarama, com o objetivo de ter um parâmetro da situação dos CREAS em todo o Brasil. Segundo ela, o Município faz a sua adesão formal e, logo em seguida, em tempo hábil, já iniciará o recebimento. Segundo a Conselheira Jucimeri o monitoramento do CREAS já faz uma divisão de vítimas de violência e especifica por segmento para poder mapear. O do CRAS, já existe indicador de monitoramento:- se não tiver o atendimento sócio-familiar, o recurso poderá ser bloqueado. Não se presta serviços de proteção especial dentro do CRAS é um processo que está sendo construído e não se pode comparar um Município pequeno, com outros de maior porte. A orientação unificada é que se preste tal atendimento no órgão gestor, com equipe específica, onde não tiver CREAS e CRAS. 4) Monitoramento da Gestão Municipal do Sistema do SUAS. Apresentado à Câmara Técnica o roteiro para realização do monitoramento: Será aplicado o questionário em 30% dos municípios, considerando vários critérios; Nível de Habilitação/Nível de Gestão; Porte do Município; Alternância entre municípios com maiores e menores dificuldades na implantação do SUAS; □ Informes: CIT - Monitoramento do CRAS em expansão. 21 municípios estão em processo de monitoramento devido a expansão do Piso Básico Fixo. Os Escritórios Regionais realizaram o monitoramento dos CRAS para convalidar as informações que os municípios repassaram na Ficha de Monitoramento. Os municípios que apresentaram pendências em um ou mais indicadores de funcionamento do equipamento (Horário de funcionamento, equipe técnica, espaço físico e a prestação de serviços) tiveram um prazo de 90 dias para sanar as pendências, sendo que nesse período o recurso foi suspenso até o dia 14/11 os Escritórios Regionais estarão voltando aos Municípios, caso os CRAS não estejam regulares. 5) Deliberações Conferência Idoso: Os membros da Comissão sugeriram tomar conhecimento das deliberações da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, com uma leitura mais pormenorizada e num segundo momento o assunto voltar a Comissão para discutir com profundidade. □ Encaminhamentos: Enviar

aos membros do Conselho cópias 1). Do Guia de orientação do monitoramento do SUAS; 2). Cópia do Censo Escolar. A Conselheira Ironi informou ter recebido da Conselheira Vice-Presidente Denise alguns dados procedentes da CIT; como o número de Municípios onde ocorreu bloqueio de recursos. A SETP desencadeou um processo de monitoramento da gestão como um todo: havia uma antiga avaliação que revelava a dificuldade que os Municípios tinham, de avaliar o real papel do gestor dentro da Política Nacional, com a tipificação dos serviços. Pensou-se em preparar os Escritórios Regionais para que eles mesmos fizessem essa discussão, incorporando a visão global. Através de um evento de 3 dias, discutiu-se o papel do Estado no que se refere a esse monitoramento, a organização da gestão municipal, a proteção básica e especial, e alguma coisa sobre financiamento. Acreditou-se que foi um ótimo começo e os Escritórios já iniciaram as visitas aos Municípios, preenchendo o questionário em conjunto. Completou a Conselheira Jucimeri dizendo ser importante que os Conselheiros tenham essa dimensão do monitoramento – hoje já se iniciou o monitoramento do CRAS. Na verdade, os Escritórios já conseguiram assimilar que o monitoramento é fiscalização in loco, devendo configurar como uma gestão participativa e não autoritária, e ser acompanhada pelo Conselho, dentro de uma programação anual. A idéia é que o monitoramento se faça em novembro e dezembro, com posteriores resultados e aí sim, a SETP estará planejando as suas ações. A habilitação, na verdade, é a organização da gestão. O grande indicador do SUAS é a habilitação, como estratégia é a presença física, como postura política e pedagógica, complementou a Conselheira Jucimeri. Os resultados do monitoramento serão apresentados ao Conselho Estadual, pois é preciso fortalecer o controle social. Foi dito pela Conselheira Mariluz ser importante para auxiliar os novos gestores, garantindo o avanço da política. A pedido da Conselheira Presidente Roseli, os Conselheiros foram questionados pela apreciação da proposta, considerada APROVADA. Continuou a Conselheira Ironi relatando sobre os Municípios que estavam em situação irregular, se tais pendências não forem regulamentadas perderão o cofinanciamento. Foi comentado sobre aqueles que após as eleições optaram por devolver os recursos federais, com o objetivo de fechar as contas. Tais situações deverão ser enfrentadas pelos CMAS e levadas ao Ministério Público. Respondeu a Conselheira Jucimeri afirmando que o CRAS não é um programa de Governo, ele é um equipamento estatal. Foi sugerida pela Conselheira Presidente que fossem repassados essas orientações aos Municípios, com urgência. O Conselheiro Cícero informou que na sua região, três Municípios decidiram fechar os CRAS sob influência da mudança dos gestores; informaram possuir dúvidas e a quitação delas seria procedida através dos recursos recebidos. Foram advertidos a não fazerem isso, sob pena de punição. Orientou-se que é um equipamento de Estado, tem conseqüências e o controle social precisa ser fortalecido. Em votação o relatório da Comissão de Políticas Básicas: APROVADO. □ Comissão de Documentação e Cadastro: teve como relatora Conselheira Cristiane Meyer. Participantes: Cristiane Meyer (CRESS/PR); Débora Gonçalves da Rosa (SETP/CDI); Denise Colin (SETP/NUCLEAS); Izabel Cristina Marques (PGE); Keity F. da Cruz (Ministério Público); Kelli Albanese (SETP/CDI); Luis Carlos Kaill (UNAMAR); Priscila dos Santos Brasil (SETP/CDI); Sandra Mancino (Ministério Público); Teresinha Wolff (CRESS/PR). Foi considerada aceita a justificativa de ausência da Conselheira Maria Solineide, da Secretaria de Estado de Educação, ausente por questões de trabalho 1. Retorno do parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE: A conselheira Izabel (PGE) retornou o ofício encaminhado à Procuradoria solicitando informações referentes à educação infantil. Foi solicitado de quem era a competência de manutenção do cadastro das entidades que desenvolvem serviços voltados à educação infantil e o posicionamento expôs que: □ a educação infantil é competência do âmbito municipal, não cabendo ao estado manter cadastro; □ a educação infantil a partir de janeiro de 2009 não receberá mais recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e sim do FUNDEB; □ os serviços prestados são da política de educação; □ segundo os documentos que tratam do cadastro de entidades na SETP, e das reduções e isenções de tarifas da COPEL, Sanepar e Corpo de Bombeiros, essas entidades já teriam direito aos benefícios por serem entidades de cunho educacional e de utilidade pública. Dessa forma, não faz mais sentido essas entidades estarem cadastradas na SETP, visto que não possuem mais vinculação direta com a política de assistência social, bem como poderão ter acesso aos benefícios sem a declaração da Secretaria. Assim, a

Comissão sugere que seja encaminhado ofício (para pauta da próxima reunião) a COPEL, Sanepar e Corpo de Bombeiros informando que essas entidades não necessitarão mais da declaração da SETP e, que poderão apenas apresentar documentos de âmbito municipal ou federal como declaração de utilidade pública ou demais documentos que são critérios para concessão de benefícios para essas entidades. Sugere ainda, que seja encaminhado aos Escritórios Regionais memorando informando das deliberações do Conselho, e que essas entidades não se cadastrariam mais na Secretaria. O que restam para reordenamento são as Comunidades Terapêuticas e as Entidades de Defesa de Direitos de Pessoas com Doenças, as quais a política de saúde não reconhece como pertencentes à sua competência. Assim, será aguardado até a convocação da próxima reunião do Conselho Estadual de Saúde para discutir sobre o assunto, conforme deliberado com as representantes da SESA em reunião da Comissão em agosto/08. Caso a reunião não ocorra ainda esse ano, é prioridade para a primeira reunião do ano de 2009 que o CEAS solicite ao Conselhos de Saúde a inclusão na pauta para sanar tal pendência. 2. Elaboração de nota técnica referente ao cadastro de entidades no CMAS: Foi apresentada

proposta de nota técnica à Comissão que contempla toda a trajetória histórica e os marcos legais referentes as entidades de assistência social; o cadastro de entidades nos CMAS: organização, caracterização das entidades de assistência social, sugestões de modelos de certificados e documentação a ser solicitada, etc. Todo o material será encaminhado aos conselheiros da Comissão, via correio eletrônico, para análise minuciosa e retorno até o dia 20/11, impreterivelmente. Após será encaminhada a todos os conselheiros para apreciação e contribuições. A Comissão sugere que a nota técnica seja analisada por todos na próxima reunião, para podermos aprova-la o quanto antes, devido a alta solicitação e necessidade de orientação aos CMAS. 3. Análise das deliberações da Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa: As deliberações da Conferência foram analisadas e discutidas, focando nas prioridades deliberadas para a política de assistência social. 4. Ofício nº 043/2008 da APAE de Nova Esperança do Sudoeste: A APAE de Nova Esperança do Sudoeste encaminhou ofício ao CEAS solicitando que o CNAS conceda o CEBAS para a entidade. A Comissão sugere que seja encaminhado ofício de retorno para a entidade, informando que o Conselho Estadual não intervém na concessão do CEBAS, e encaminhar em anexo documento com a documentação necessária, endereço para encaminhamento e telefone para esclarecimento de dúvidas. 5. Processo nº 7.076.569-1 da Associação de Amigos dos Idosos “Viva a vida na Terceira Idade”: Esse processo se refere a uma solicitação da respectiva entidade pertencente ao município de Castro, para que o CEAS intervenha tomando as medidas cabíveis sobre o caso. O processo contempla uma denúncia feita pela entidade para o Ministério Público (Comarca de Castro) denunciando e requerendo investigação sobre os atos do gestor público municipal e CMAS. A entidade recebeu uma emenda parlamentar em maio de 2006, cujo valor total era R\$50.000,00, sendo destinado à entidade o valor de R\$40.000,00 e para o Lar Mariliana Barbosa R\$10.000,00. A Associação de Amigos dos Idosos teria que entrar com a contrapartida de R\$8.000,00 e o Lar Mariliana Barbosa com R\$2.000,00, porém a primeira entidade não tinha essa contrapartida. O recurso solicitado pela entidade seria para a construção de um Centro Dia para idosos. Dessa forma, o prefeito só aceitou receber a emenda se a mesma fosse dividida com o município. Assim, a Associação de Amigos dos Idosos ficaria com R\$15.000,00, o Lar Mariliana Barbosa com R\$10.000,00 e o município com R\$25.000,00, para uma contrapartida de R\$10.000,00. Tal emenda só teve o recurso liberado no mês de julho/08 sendo repassado para o FMAS. Assim, para a entidade poder receber o recurso a Secretaria Municipal de Assistência Social solicitou alguns documentos, dentre eles a inscrição e atestado de funcionamento no CMAS. O CMAS questionou os serviços prestados pela entidade e a inscrição foi deferida, porém o atestado de funcionamento foi negado, visto que entendeu que a entidade encontra-se inativa em suas atividades. Assim, o recurso todo foi repassado ao órgão gestor. Em 2006, a entidade relata que o órgão gestor municipal cancelou o subsídio que a mesma recebia o que culminou com o despejo da entidade da sua sede social, e essa foi transferida para a garagem da casa de uma das fundadoras. A entidade reforça que necessita do atestado de funcionamento, emitido pelo CMAS, para poder receber a emenda e se possível, receber o subsídio cancelado em março/06, com direito a todas as

parcelas. Conforme artigo 9º, § 4º, da LOAS: “As entidades e organizações de assistência social podem, para defesa de seus direitos referentes à inscrição e ao funcionamento, recorrer aos Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal”. A Comissão sugere encaminhamento de ofício ao CMAS de Castro solicitando informações sobre a entidade e os motivos da não concessão do atestado de funcionamento. Ainda, há um email encaminhado pela assistente social e diretora administrativa da entidade, para a presidente do CEAS, alegando que o CEAS repassou informação ao CMAS na data de 16/09/08, informando que a inscrição da entidade deveria ser suspensa pelo CMAS. A Comissão sugere que no mesmo ofício o CMAS se pronuncie quanto as questões levantadas no email pela entidade, considerando que até o presente momento o CEAS não tinha conhecimento do fato. Outros encaminhamentos que a Comissão indica é o envio de ofício à entidade solicitando alguns documentos como estatuto, relatório de atividades apontando os serviços desenvolvidos e a equipe técnica responsável, ata de eleição da atual diretoria, alvará de funcionamento, leis de utilidades pública. Sugere-se ainda que o CEAS encaminhe ofício ao MP (comarca de Castro) solicitando informações sobre o caso, quais foram os procedimentos tomados, como a denúncia foi processada e qual a situação do caso.

6. Informativo 18/2008 de 20/10/2008 emitido pelo Gabinete do Senador Flávio Arns: O documento é apenas para conhecimento e refere-se aos prazos de renovação de documentos para entidades. Lembra que para as entidades permanecerem isentas da cota pratonal, é necessário o envio até 30/01 do plano de ação (atividades e metas a serem atingidas no ano), e até 30/04 o envio do relatório de atividades e anexos referentes ao ano anterior. Nesse momento, a Conselheira Presidente Roseli procedeu um convite para a Sra. Procuradora e Conselheira Izabel Marques, para compor a mesa diretiva.- Leitura do documento encaminhado pelo Senador Flávio Arns, no que se refere a prazos de documentos para renovação de Certificado de entidade beneficente. Em apreciação o relatório da Comissão de Documentação e Cadastro: APROVADO. □ Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização: teve como relatora a Conselheira Alzimara: Participantes: Ivania Nogueira Barbuio (Associação Desenvol. da Mulher); Mariluz Zanin Petry (SETP/E.R. Francisco Beltrão); Denise Maria Fank de Almeida (CRESS – Londrina); Paulo César Langer (SETI); Ozimara Melo (APAE – Sta. Cecília do Pavão); Jucimeri Isolda Silveira (SETP/NUCLEAS); Renata M. dos Santos (SETP/CDI); Odelita Herbst (SETP/CDI); Ronan César da Silva (APADEFI).

1. Relatório Sistematizado dos Trabalhadores do SUAS. A técnica Renata da CDI/SETP apresentou à Comissão o relatório. É importante ressaltar que foram validados 17.634 trabalhadores, e preencheram o aplicativo 19.839 trabalhadores. Ao todo não preencheram o instrumento 74 municípios. No I Seminário Estadual serão apresentados todos os dados obtidos no preenchimento do aplicativo. Encaminhamento: enviar cópia aos Conselheiros.

2. Esboço do Plano Estadual de Capacitação: Será acrescentado no I Seminário Estadual de Gestão do Trabalho no Sistema Único de Assistência Social.

3. Análise das Deliberações da Conferência Estadual dos Direitos do Idoso. A comissão realizou a leitura das deliberações. Sem encaminhamentos.

4. Evento CNAS sobre Controle Social (março/2009). Todos os Estados brasileiros terão que realizar um evento que contemple a participação de representantes de todos os Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS, com o tema “Controle Social”, até o mês de março/2009. A Comissão discutiu diferentes possibilidades para sua efetivação, e sugere: data: 30 e 31 de março de 2009 (pela questão orçamentária); um Encontro Estadual, que garanta a participação de 600 pessoas assim distribuídas: □ 1 vaga para cada um dos 399 municípios (representante não governamental); □ 100 vagas para representantes governamentais; □ 30 vagas Conselheiros CEAS; □ 18 vagas representantes FOREAS; □ 18 vagas para representantes dos Escritórios Regionais. Terá ainda a participação do FOREAS na articulação e poderá ocorrer Assembléia do FOREAS no mesmo momento. A previsão de custo é de aproximadamente 160 mil reais (a exemplo do Seminário), contemplando alimentação e hospedagem.

5. Elaboração da carta de mobilização sobre o Projeto de Lei. A proposta sobre a elaboração da carta de mobilização sobre o projeto de Lei nº 3077 – SUAS, aos deputados federais do Paraná, para sessão solene a ser realizada em 28/11/2008 foi lida e analisada pela Comissão. Foram feitas sugestões pela comissão no sentido de sintetizar a carta e encaminhar aos Deputados na próxima semana.

6. Solicitação do CMAS de Sarandi. O presidente do CMAS de Sarandi solicita ao CEAS que envie a relação de Conselheiros do CEAS

com seus emails, para disponibilizar no site/blog do CMAS daquele município. A Comissão discutiu e avaliou que deve ser respondido ao CMAS de Sarandi enviando o endereço eletrônico do CEAS e a relação de Conselheiros sem seus emails pois são particulares. Assim em qualquer situação, este poderá se remeter ao CEAS para obter encaminhamentos das questões. 7. Análise do ofício nº 032/08 – Coord./BTM – MP/PR: A Comissão realizou a leitura do ofício referente às recomendações do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE e sugeriu encaminhá-lo aos Escritórios Regionais/Municípios, FOREAS e Conselheiros para alcançar o objetivo que se propõe: divulgação e mobilização para cobrar os encaminhamentos e deliberações do Decreto 5.296/04 nos municípios. □ Informes Gerais: No intuito de esclarecimentos, a Conselheira Presidente efetuou alguns relatos referentes à reunião ocorrida em Brasília que veio a abordar o “Pacto de Aprimoramento de Gestão”: Naquela oportunidade, as Presidências do CEAS dos 27 Estados presentes foram orientadas no sentido de realizar reuniões ampliadas, até março de 2009. As temáticas versarão sobre: Controle Social, inscrição de entidades de assistência e fiscalização. Até o dia 30/11 deverá ser encaminhado um plano ao MDS-CNAS, estipulando a data do evento. Algumas discussões ocorreram por conta do prazo exíguo, porém foi informado pela Conselheira Jucimeri que o importante é o CEAS aprovar a realização do evento e qual a

estratégia a ser adotada para ampliar a participação, articulando com o FOREAS. O representante deverá ser não governamental: a participação dos Conselheiros será subsidiada com recursos que estão no FEAS e o Estado financiará alimentação e hospedagem. Discutir no FOREAS a organização de uma agenda positiva, provocando discussões regionais sobre o controle social. Segundo informado, o MDS enviará representação para todos os Estados. Lembrou a Conselheira Presidente Roseli que ao ter para si a incumbência de pagar o deslocamento dos Conselheiros, o órgão gestor certamente encaminha só representantes governamentais e a Sociedade Civil não terá vez. Respondeu a Conselheira Jucimeri esclarecendo que o Conselheiro é um agente público, assim os órgãos gestores tem a obrigação de assumir as suas despesas em todos os eventos estaduais, existindo sustentação jurídica para afirmar isso. □ Em apreciação e realização do Seminário: APROVADO. Pontuou a Conselheira Jucimeri que os Conselheiros deverão encaminhar suas sugestões de nomes para palestrantes. O projeto será brevemente elaborado, com data, local e duração. A Conselheira Presidente relatou sobre a presença do Deputado Raimundo Gomes na plenária em Brasília, abordando sobre as alterações sobre o Projeto de Lei nº. 3077. A matéria será votada em 28/11 e foi sugerido o encaminhamento de uma correspondência aos Deputados paranaenses para se fazerem presentes. Na seqüência, a Conselheira Jucimeri referiu-se ao mapeamento dos trabalhadores reconhecidos como da Assistência, parabenizando o levantamento efetuado onde se detectou a existência de quase 20.000 deles, sendo 10.000 na rede privada. Sugeriu que tal ação política possa ser apresentada no Seminário como sendo o primeiro mapeamento realizado no Estado, devendo ser divulgada para todos os Conselhos Estaduais do país. Continuou esclarecendo que os Municípios de maior porte foram resistentes e é importante os Conselheiros saberem que os dados levantados poderão migrar para, além da possibilidade do mapeamento o CAD-SUAS vão se transformar num aplicativo que deverá ser cumprido, com 2 objetivos: - implantação do Plano Estadual de Capacitação e a implantação da NOB-RH (74 Municípios não aderiram, porém a perspectiva para o próximo ano é diferente). Considerou preocupante quando orientações errôneas são repassadas: o mapeamento dos trabalhadores não é obrigatório, não está vinculado a recursos e o papel político é de mobilizar e não assustar. A Conselheira Jucimeri ainda colocou que, nesta data em Brasília, a Conselheira Vice-Presidente Denise Colin está discutindo a tipificação dos serviços, que poderão ser relacionados com com equipes de referência. O Plano Estadual de Capacitação ficou para o 1º Semestre. Já em 08 e 09/12 ocorrerá o Seminário de gestão dos Trabalhadores do SUAS e em março de 2009, a reunião descentralizada e ampliada, já com a Assembléia do CEAS. Para dezembro, o Seminário antecederia a Plenária que estaria agendada para o dia 10. Mediante consenso, a pauta seria distribuída com 2 convocações: Comissões pela manhã, na seqüência Reunião Extraordinária abordando as alterações do Regimento Interno, e à tarde a Plenária englobaria somente pontos de

pauta que seriam submetidos à aprovação. Em março de 2009 – A Assembléia de fevereiro seria levada a efeito no início de março e a de abril no final de março – APROVADO. □ Comissão Provisória do Regimento Interno – A técnica da CDI Renata informou ter havido nesse dia a reunião com os integrantes da Sociedade Civil. Esses efetuaram inúmeras discussões para no próximo encontro aprovarem as alterações. Após as conclusões, a Comissão remeterá a matéria aos Conselheiros por e-mail. PERÍODO DA TARDE Após a abertura dos trabalhos, a Conselheira Presidente Roseli, leu o texto da correspondência enviada por Luciane Farias, Chefe do GFS da SETP, onde esclarece que estaria à disposição do Conselho para maiores informações. Na sequência, usou da palavra a técnica Cristiane Alves da Luz, representante da Coordenadora do Grupo de Planejamento Setorial, Teresinha Jancoski. As ações financeiras foram explanadas por Lécio F. de Andrade, da CGM-SETP; logo após alguns questionamentos dos Conselheiros foram esclarecidos. Alguns Conselheiros solicitaram esclarecimentos sobre a dinâmica do Programa Luz Fraterna; a Conselheira Ironi veio a esclarecer que os pagamentos são efetuados diretamente para as concessionárias e a COPEL. Os novos Prefeitos receberão em Encontro específico a ser redefinido em Foz do Iguaçu, todas as informações necessárias através de folders explicativos, sobre a tarifa social, programas, repasses e isenções. □ Informes Gerais: a) Comissão Bipartite e CIT □ Em apreciação: “ O guia de Orientação- Habilitação Municipal à gestão do SUAS”- APROVADO. □ Seminário de gestão do Trabalho- Data 08 e 09/12- no Restaurante Madalosso, com distribuição de vagas de acordo com o porte dos Municípios. □ Dia 10/12- Definida a realização da Assembléia do CEAS sendo no período na manhã, relatório das Comissões e aprovação do Regimento interno e no período da tarde realização da Assembléia. □ Leitura do ofício do CMAS de Campo Mourão, a respeito da Associação Evangélica Missão Transmundial. Da parte do Conselheiro José Cícero, veio o relato das inúmeras irregularidades detectadas na entidade:- casos de pedofilia, equipamentos abandonados, a escola desativada. Diante disso, o Conselho Municipal convocou o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, comunicaram ao Órgão Gestor com posterior auditoria das contas, com suspensão do Registro da Entidade nos dois Conselhos; após as medidas cabíveis, os Pastores informaram que recorrerão ao Governo e ao CEAS, ao Prefeito e Promotoria. Diante das ameaças de revisão dos atos, o Conselheiro José Cícero que também é Presidente do CMAS de Campo Mourão, protocolou junto ao Conselho Estadual a sua denúncia, para providências. Pontuou também que os Conselheiros da Sociedade Civil do CEAS não estão tendo suas despesas ressarcidas na sua totalidade. Outras Conselheiras afirmaram que tais discussões já ocorreram e no Regimento Interno consta que o direito é referente a transporte, alimentação e estadia. A representante do Ministério Público, Sandra Mancino esclareceu que deve haver uma forma de providenciar tal ressarcimento. A Presidente argumentou que participou de reuniões em Brasília e houve reposição dos gastos efetuados. Surgiu uma proposta para a elaboração de um Ofício dirigido à Assessoria Jurídica e Financeiro, para novo posicionamento sobre essas questões. Informou a Conselheira Inês que os Conselheiros preencheram uma listagem, pontuando os gastos que cada um contabiliza, ao sair de sua casa para as reuniões do Conselho. Sandra Mancino, representando o Centro de Apoio das Promotorias de Direitos Constitucionais sugeriu que se faça uma consulta formal anexando a Lei, com posterior encaminhamento ao Ministério Público. Tomando a palavra, a Conselheira Jucimeri informou ter sido aprovada uma resolução que regulamenta a supervisão direta para estágios em serviço social e as Universidades terão de cumprir tais regras. Sabe-se que uma resistência contra os Cursos de Serviço Social à distância. Aproveitou o ensejo para agradecer aos Conselheiros pela moção de apoio, sobre a terceirização dos serviços técnicos no Poder Judiciário. Planeja-se um Concurso Público no Poder Judiciário para Assistentes Sociais e Psicólogos nessa abrangência. Na sequência registrou-se a premiação recebida pelo Conselheiro Kleber no que se refere a práticas exitosas no Programa Bolsa- Família. Lembrou a Conselheira Presidente que a SETP encontra-se em processo de licitação para a contratação do novo hotel que passará a hospedar os integrantes dos 3 Conselhos Estaduais. Segundo foi deliberado, tal documento deveria ser trazido para conhecimento dos Conselheiros. Assim, a Diretoria Geral deverá ser informada. Por outro lado, foi sugerido encaminhar ofício ao Sr. Governador do Estado, solicitando que todas as licitações públicas tenham garantida a

acessibilidade. Que se envie à Promotoria de Defesa da Pessoa com Deficiência a informação de que o Hotel Centro Europeu possui somente um elevador que permanece chaveado. Segundo a técnica Kellen (CDI) um documento já foi elaborado pela sua Coordenadoria, informando à Diretoria Geral sobre os problemas havidos na Conferência Estadual dos Direitos do Idoso. Novamente foi enfatizado que a Diretoria Geral da SETP deverá incorporar um grupo de Conselheiros para comparecer ao hotel, no momento da fiscalização (Representante da Regional de Irati, Conselheiro Ronan, de Curitiba, Conselheiro Luiz Kail; de Campo Mourão, Conselheiro José Cícero). Abordou-se também a possibilidade de se planejar uma confraternização antes do Natal. □

Encerramento: A Presidente Roseli agradeceu a presença dos Conselheiros, dos Membros dos FOREAS e demais convidados, encerrando a assembléia ordinária. A presente ata foi digitada por Jucileide Ribas Machado, estagiária da Secretaria Executiva dos Conselhos e lavrada por mim, Regina Rodrigues Costa, Secretária Executiva dos Conselhos e terá anexada cópia da lista de presença dos Conselheiros, bem como sua versão aprovada disponibilizada no site.